

Vol. 3, No. 5 (maio 2026)

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

**DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS:
Práticas Docentes, Permanência Escolar e Apoio Institucional**

**Challenges of Including Students with Autism Spectrum Disorder in
High School in Public Schools: Teaching Practices, School Retention,
and Institutional Support**

Risonete Paz da Silva¹

Revista O Universo Observável

DOI: 10.69720/29660599.2026.000307

[ISSN: 2966-0599](#)

¹Biografia: Graduação em Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional – UFAM e Especialista em Gestão da Informação; Especialista em Gestão Escolar; Mestrado em Ciências da Educação- Unidas –PY

E-mail: risonete.paz@hotmail.com

Lattes: 826222974419830



DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS: Práticas Docentes, Permanência Escolar e Apoio Institucional

Risonete Paz da Silva



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CPF: 639.619.621-20
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

Este artigo analisa os desafios da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino médio em escolas públicas, com foco nas práticas docentes, na permanência escolar e no apoio institucional. A pesquisa evidencia que, apesar dos avanços nas políticas inclusivas, ainda persistem dificuldades relacionadas à formação docente, à adaptação curricular e à escassez de recursos pedagógicos adequados. Analisa-se também como a ausência de suporte especializado impacta diretamente o processo de ensino-aprendizagem e a trajetória escolar desses estudantes. Os resultados indicam a necessidade de fortalecer ações institucionais, investir na formação continuada de professores e promover estratégias pedagógicas inclusivas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar dos alunos com TEA.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Transtorno do Espectro Autista; Ensino médio; Práticas docentes; Permanência escolar; Apoio institucional.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges of including students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in public high schools, focusing on teaching practices, school retention, and institutional support. The study highlights that, despite advances in inclusive policies, difficulties still persist regarding teacher training, curriculum adaptation, and the lack of adequate pedagogical resources. It also analyzes how the absence of specialized support directly impacts the teaching-learning process and the academic trajectory of these students. The results indicate the need to strengthen institutional actions, invest in continuous teacher training, and promote inclusive pedagogical strategies that ensure not only access but also the retention and academic success of students with ASD.

Keywords: School inclusion; Autism Spectrum Disorder; High school; Teaching practices; School retention; Institutional support.

1-INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino médio das escolas públicas constitui um dos desafios mais complexos da educação contemporânea, especialmente no que se refere à garantia de uma educação equitativa e de qualidade para todos. Embora as políticas educacionais inclusivas tenham avançado significativamente nas últimas décadas, sua efetivação no cotidiano escolar ainda enfrenta entraves relacionados à formação docente, às condições estruturais das instituições e à disponibilidade de recursos pedagógicos adequados. Nesse contexto, o ambiente do ensino médio apresenta especificidades que intensificam tais desafios, como a maior exigência acadêmica, a diversidade de componentes curriculares e as demandas sociais próprias da adolescência. Para estudantes com TEA, essas características podem representar barreiras adicionais à aprendizagem, à interação social e à permanência escolar, sobretudo quando não há suporte institucional efetivo e práticas pedagógicas adaptadas às suas necessidades. Dessa forma, torna-se fundamental compreender como as práticas docentes são desenvolvidas frente à diversidade presente em sala de aula, bem como analisar o papel das instituições escolares no apoio à inclusão e na promoção de condições que favoreçam a permanência e o sucesso escolar desses estudantes. Assim, este estudo busca

analisar os desafios da inclusão de alunos com TEA no ensino médio em escolas públicas, considerando as práticas docentes, a permanência escolar e o apoio institucional como elementos centrais para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

2. MARCO TEÓRICO: Formação Docente e Inclusão de Estudantes com TEA no Ensino Médio

A formação docente constitui um elemento central para a efetivação da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino médio, especialmente no contexto das escolas públicas. A complexidade das demandas educacionais desses estudantes exige que os professores desenvolvam competências pedagógicas, didáticas e socioemocionais que ultrapassem a formação tradicional, muitas vezes ainda centrada em práticas homogêneas de ensino. Nesse sentido, a qualificação profissional torna-se condição indispensável para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e responsivos à diversidade.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a formação de professores deve contemplar conhecimentos específicos sobre as necessidades transtornos globais do desenvolvimento e altaeducacionais dos alunos com deficiência, as habilidades/superdotação (Brasil, 2008). No entanto, estudos recentes

indicam que ainda há lacunas significativas na formação inicial dos docentes, sobretudo no que diz respeito à preparação para lidar com estudantes com TEA em salas regulares (Glat; Pletsch, 2012). Essa realidade evidencia a necessidade de investimento contínuo em formação continuada, que possibilite aos professores refletirem sobre suas práticas e aprimorarem estratégias pedagógicas inclusivas.

Além disso, a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica reforça a importância do desenvolvimento de competências relacionadas à inclusão, destacando a necessidade de preparar o docente para atuar em contextos diversos e promover a equidade educacional (Brasil, 2019). No entanto, a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios, como a falta de articulação entre teoria e prática e a escassez de programas formativos voltados especificamente para o ensino de alunos com TEA.

Nesse contexto, autores como Mantoan (2015) defendem que a formação docente para a inclusão deve ir além da aquisição de técnicas, envolvendo uma mudança de concepção sobre o papel da escola e do professor frente à diversidade. Para a autora, é fundamental que o educador compreenda a inclusão como um processo contínuo de transformação das práticas pedagógicas e das estruturas escolares. Corroborando essa perspectiva, Pletsch (2014) ressalta que a formação continuada, quando articulada à realidade escolar, contribui significativamente para o desenvolvimento de práticas mais eficazes no atendimento aos estudantes com necessidades específicas.

No ensino médio, esses desafios tornam-se ainda mais evidentes, considerando as exigências curriculares mais complexas e a necessidade de preparar os estudantes para a continuidade dos estudos e o mundo do trabalho. Assim, a ausência de formação adequada pode comprometer não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também a permanência e o sucesso escolar dos alunos com TEA. Dessa forma, investir na formação docente, tanto inicial quanto continuada, é essencial para garantir uma educação inclusiva de qualidade, que respeite as singularidades dos estudantes e promova o desenvolvimento integral.

2.1 Adaptações Curriculares e Estratégias Pedagógicas Inclusivas

As adaptações curriculares e as estratégias pedagógicas inclusivas configuram-

se como elementos fundamentais para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino médio. Em contextos educacionais marcados pela diversidade, torna-se imprescindível que o currículo seja flexível e sensível às especificidades dos alunos, rompendo com modelos padronizados que desconsideram diferentes ritmos, estilos e formas de aprendizagem. Nesse sentido, as adaptações não devem ser compreendidas como simplificações do conteúdo, mas como reorganizações didáticas que favoreçam a construção do conhecimento de maneira significativa.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o sistema educacional deve assegurar condições de igualdade, respeitando as singularidades dos estudantes e promovendo a eliminação de barreiras que dificultam sua aprendizagem (Brasil, 2015). No âmbito pedagógico, isso implica a adoção de estratégias que considerem aspectos cognitivos, comunicacionais e comportamentais dos alunos com TEA, como o uso de recursos visuais, rotinas estruturadas, mediação individualizada e metodologias ativas que estimulem o engajamento.

Autores como Tomlinson (2014) destacam a importância da diferenciação pedagógica como uma abordagem capaz de atender à heterogeneidade da sala de aula, permitindo que o professor ajuste conteúdos, processos e produtos de acordo com as necessidades dos estudantes. Essa perspectiva dialoga com o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe a oferta de múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, ampliando as possibilidades de participação dos alunos (Cast, 2018). Tais abordagens são especialmente relevantes para estudantes com TEA, uma vez que consideram suas particularidades sensoriais e comunicativas.

No contexto do ensino médio, a implementação dessas estratégias apresenta desafios adicionais, como a rigidez curricular, a pressão por resultados acadêmicos e a limitação de tempo para planejamento docente. Ainda assim, estudos recentes apontam que práticas pedagógicas inclusivas, quando articuladas ao contexto escolar e ao apoio institucional, contribuem significativamente para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com TEA (Schmidt; Nunes, 2020). Além disso, o uso de tecnologias digitais tem se mostrado um recurso promissor na mediação da aprendizagem, favorecendo a autonomia e a

personalização do ensino.

Dessa forma, as adaptações curriculares e as estratégias pedagógicas inclusivas devem ser compreendidas como processos dinâmicos e contínuos, que exigem reflexão, planejamento e compromisso por parte dos educadores e das instituições escolares.

Promover uma educação inclusiva no ensino médio implica reconhecer as diferenças como parte constitutiva do processo educativo e investir em práticas que assegurem não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes.

2.2 Desafios da Permanência Escolar de Alunos com TEA

A permanência escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino médio constitui um desafio relevante no contexto da educação inclusiva, especialmente nas escolas públicas. Embora o acesso à escola tenha sido ampliado por meio de políticas educacionais, garantir a continuidade e o sucesso escolar desses estudantes ainda demanda enfrentamento de múltiplos fatores estruturais, pedagógicos e sociais. Nesse cenário, a evasão escolar não pode ser compreendida de forma isolada, mas como resultado de um conjunto de barreiras que impactam diretamente a trajetória educacional dos alunos com TEA.

Entre os principais fatores que influenciam a permanência escolar, destacam-se as dificuldades de adaptação ao ambiente escolar, a ausência de práticas pedagógicas inclusivas e a insuficiência de apoio especializado. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a escola deve assegurar não apenas o acesso, mas também a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, o que implica a eliminação de barreiras que dificultam sua permanência (Brasil, 2008). No entanto, a realidade educacional brasileira ainda revela fragilidades na implementação dessas diretrizes, especialmente no que se refere à formação docente e à organização institucional.

Além disso, aspectos relacionados às interações sociais e ao desenvolvimento socioemocional dos estudantes com TEA também influenciam sua permanência na escola. Muitos desses alunos enfrentam dificuldades de comunicação, socialização e regulação emocional, o que pode gerar situações de isolamento, estresse e, conseqüentemente, desmotivação para a continuidade dos estudos. Nesse sentido, estudos apontam que ambientes

escolares pouco acolhedores e despreparados para lidar com a diversidade contribuem significativamente para o aumento dos índices de evasão entre estudantes com necessidades educacionais específicas (Pletsch; Souza, 2017).

Outro fator relevante refere-se à ausência de articulação entre escola, família e serviços de apoio, o que compromete a construção de estratégias eficazes para o acompanhamento dos estudantes com TEA. Segundo Diniz e Barbosa (2020), o envolvimento da família e o suporte institucional são elementos essenciais para a promoção da permanência escolar, uma vez que possibilitam a identificação precoce de dificuldades e a implementação de intervenções adequadas. Além disso, a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o uso de recursos pedagógicos acessíveis são fundamentais para favorecer a aprendizagem e o engajamento dos alunos.

No ensino médio, esses desafios tendem a se intensificar devido às exigências acadêmicas mais complexas, à organização curricular fragmentada e à pressão por desempenho. Assim, a permanência escolar de estudantes com TEA depende de ações integradas que envolvam políticas públicas efetivas, formação continuada de professores, adaptação curricular e fortalecimento do apoio institucional. Portanto, analisar os fatores que influenciam a evasão ou continuidade desses estudantes é essencial para a construção de práticas educacionais mais inclusivas, que assegurem não apenas o direito de acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar.

2.3 Apoio Institucional e Políticas Públicas para a Inclusão Escolar

O apoio institucional e as políticas públicas desempenham papel fundamental na consolidação da educação inclusiva, especialmente no que se refere ao atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino médio das escolas públicas. A efetivação da inclusão escolar não depende apenas da atuação do professor em sala de aula, mas exige uma articulação ampla entre gestão escolar, sistemas de ensino e diretrizes legais que assegurem condições estruturais, pedagógicas e humanas adequadas ao processo educativo.

No contexto brasileiro, marcos legais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) estabelecem diretrizes para a promoção de um sistema

educacional inclusivo em todos os níveis de ensino. Essas normativas destacam a responsabilidade das instituições escolares em garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e outras especificidades. Contudo, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios relacionados à insuficiência de recursos, à falta de formação continuada e à fragilidade na gestão das ações inclusivas.

A gestão escolar, nesse cenário, assume papel estratégico na organização de práticas que favoreçam a inclusão. Segundo Libâneo (2018), a gestão democrática e participativa contribui para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e sensível à diversidade, promovendo a articulação entre professores, equipe pedagógica, e comunidade. No caso dos estudantes com TEA, é fundamental que a gestão promova ações como o planejamento coletivo, o acompanhamento pedagógico sistemático e a garantia de serviços de apoio, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Além disso, políticas educacionais mais recentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforçam a necessidade de assegurar equidade no processo educativo, reconhecendo as diferenças como parte constitutiva da aprendizagem (Brasil, 2017). No entanto, autores como Mantoan (2015) alertam que a efetivação dessas diretrizes depende de mudanças estruturais e culturais no interior das escolas, superando práticas excludentes ainda presentes no cotidiano escolar. Nesse sentido, o apoio institucional deve incluir não apenas recursos materiais, mas também investimento em formação docente, acompanhamento técnico e fortalecimento das redes de apoio.

Outro aspecto relevante refere-se à articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social, considerada essencial para o atendimento integral dos estudantes com TEA. De acordo com Kassir (2016), a inclusão escolar requer políticas integradas que possibilitem o acompanhamento contínuo dos alunos, favorecendo seu desenvolvimento acadêmico e social. Essa integração amplia as possibilidades de intervenção e contribui para a permanência e o sucesso escolar.

Dessa forma, o apoio institucional e as políticas públicas constituem pilares indispensáveis para a construção de uma educação inclusiva efetiva. A atuação comprometida da gestão escolar, aliada à implementação consistente das políticas

educacionais, pode promover condições mais equitativas de aprendizagem, garantindo que estudantes com TEA tenham seus direitos assegurados e suas potencialidades reconhecidas no contexto escolar.

2.4 Interação Social e Desenvolvimento Socioemocional de Estudantes com TEA

A interação social e o desenvolvimento socioemocional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem dimensões centrais no processo de inclusão escolar, especialmente no ensino médio, fase marcada por intensas transformações cognitivas, afetivas e relacionais. No contexto escolar, as relações interpessoais exercem papel fundamental na construção da identidade, no sentimento de pertencimento e no engajamento dos estudantes. Para alunos com TEA, que frequentemente apresentam dificuldades na comunicação social, na reciprocidade emocional e na interpretação de sinais sociais, o ambiente escolar pode representar tanto um espaço de desenvolvimento quanto de exclusão, dependendo das condições oferecidas.

De acordo com a literatura recente, o desenvolvimento socioemocional de estudantes com TEA está diretamente relacionado à qualidade das interações estabelecidas com colegas e professores, bem como à presença de práticas pedagógicas que favoreçam a mediação social (Schmidt; Nunes, 2020). Estratégias como o ensino de habilidades sociais, o uso de rotinas estruturadas e a mediação intencional do professor contribuem para ampliar as possibilidades de reduzir situações de isolamento. Nesse sentido, o papel do docente vai além da transmissão dos conteúdos, envolvendo a promoção de um ambiente acolhedor, empático e inclusivo.

Além disso, o clima escolar e a cultura institucional influenciam significativamente o desenvolvimento socioemocional desses estudantes. Ambientes que valorizam a diversidade, promovem o respeito mútuo e incentivam a colaboração tendem a favorecer relações mais positivas e inclusivas. Por outro lado, contextos marcados por preconceito, falta de informação e ausência institucional podem intensificar barreiras sociais e emocionais, comprometendo o bem-estar e a permanência escolar dos alunos com TEA (Camargo; Bosa, 2012).

Outro aspecto relevante refere-se à importância das intervenções baseadas em evidências, que considerem as especificidades do TEA e promovam o desenvolvimento de

competências socioemocionais. Segundo Goleman (2012), habilidades como empatia, autocontrole e consciência social são fundamentais para o sucesso acadêmico e pessoal, devendo ser estimuladas no ambiente escolar. No caso de estudantes com TEA, essas competências podem ser desenvolvidas por meio de práticas intencionais, como atividades colaborativas, jogos sociais e projetos interdisciplinares que incentivem a interação.

Ademais, a articulação entre escola e família é essencial para o fortalecimento do desenvolvimento socioemocional, uma vez que possibilita a continuidade das estratégias de apoio em diferentes contextos. A construção de parcerias entre educadores e responsáveis contribui para a compreensão das necessidades dos estudantes e para a elaboração de intervenções mais eficazes.

Dessa forma, promover a interação social e o desenvolvimento socioemocional de estudantes com TEA no ensino médio implica reconhecer a importância das relações humanas no processo educativo e investir em práticas pedagógicas e institucionais que favoreçam a inclusão. A criação de ambientes escolares sensíveis à diversidade e comprometidos com o desenvolvimento integral dos alunos é fundamental para garantir não apenas a aprendizagem, mas também o bem-estar e a participação ativa desses estudantes na vida escolar.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Presidência da República.
- Brasil. (2017). *Base nacional comum curricular*. MEC.
- Brasil. (2019). *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019: Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores da educação básica*. CNE.
- Brasil. Ministério da Educação. (2008). *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. MEC.
- Camargo, S. P. H., & Bosa, C. A. (2012). Competência social, inclusão escolar e autismo: Revisão crítica da literatura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 28*(3), 315–324.
- CAST. (2018). *Universal design for learning guidelines version 2.2*. CAST.
- Diniz, D., & Barbosa, L. (2020). Inclusão escolar e deficiência: Desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Educação, 25*.
- Glat, R., & Pletsch, M. D. (2012). *Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais*. EdUERJ.
- Goleman, D. (2012). *Inteligência emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Objetiva.
- Kassar, M. de C. M. (2016). Educação especial no Brasil: Desigualdades e desafios no acesso e permanência. *Educação & Sociedade, 37*(135), 1223–1240.
- Libâneo, J. C. (2018). *Organização e gestão da escola: Teoria e prática* (6ª ed.). Heccus.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* Moderna.
- Pletsch, M. D. (2014). *Repensando a inclusão escolar: Diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. NAU.
- Pletsch, M. D., & Souza, F. F. de. (2017). Educação inclusiva e os desafios da permanência escolar. *Revista Educação Especial, 30*(59).
- Schmidt, C., & Nunes, D. R. de P. (2020). Educação inclusiva e autismo: Desafios e possibilidades no contexto escolar. *Revista Educação Especial, 33*.
- Tomlinson, C. A. (2014). *The differentiated classroom: Responding to the needs of all learners* (2nd ed.). ASCD.